

## **Processo Nº: 5519960-57.2025.8.09.0174**

### **1. Dados Processo**

Juízo.....: Senador Canedo - UPJ Varas Cíveis: 1ª e 2ª

Prioridade.....: Pedido de Tutela Provisória

Tipo Ação.....: PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de  
Conhecimento -> Procedimento de Conhecimento -> Procedimentos Especiais ->  
Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos -> Recuperação  
Judicial

Segredo de Justiça.....: NÃO

Fase Processual.....: Conhecimento

Data recebimento.....: 02/07/2025 00:00:00

Valor da Causa.....: R\$ 17.720.780,90

### **2. Partes Processos:**

Polo Ativo

GYNCARGAS TRANSPORTES LTDA.

Polo Passivo

GYNCARGAS TRANSPORTES LTDA.

AO JUÍZO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SENADOR CANEDO-GO.

Processo nº: 5519960-57.2025.8.09.0174.

GYNCARGAS TRANSPORTES LTDA e GYNCARGAS RT LTDA, já qualificadas nos autos em epígrafe, vêm, por intermédio de seus advogados infra-assinados, à presença deste juízo, com a *venia* e o acatamento devidos, nos termos do art. 1.018 do Código de Processo Civil, **COMUNICAR A INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO** contra a decisão proferida no evento nº 12 destes autos, pelos fundamentos que seguem:

1. Inicialmente, em cumprimento ao disposto no art. 1.018 do Código de Processo Civil, as requerentes comunicam a este juízo que protocolizaram AGRAVO DE INSTRUMENTO perante o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, autuado sob o nº 5575632-50.2025.8.09.0174, distribuído à 5ª Câmara Cível e sob a relatoria do Des. Fernando de Mello Xavier.
2. Especificamente, a decisão indeferiu o pedido de gratuidade de justiça às requerentes, indeferiu o pedido de recuperação judicial da empresa GynCargas RT Ltda sob o fundamento de não preenchimento do requisito temporal de 2 (dois) anos de exercício regular de atividade empresarial e condicionou o prosseguimento da recuperação judicial em relação à GynCargas Transportes Ltda à apresentação de emenda à inicial.
3. Quanto ao indeferimento da gratuidade de justiça, as agravantes sustentam violação ao art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, bem como aos arts. 98 a 102 do CPC.

4. Invocam a Súmula 481 do Superior Tribunal de Justiça, e a Súmula nº 25 do TJGO, demonstrando o estado de absoluta iliquidez, com prejuízos acumulados de R\$ 3.597.727,96 nos últimos exercícios até abril/2025, impossibilitando o pagamento das custas processuais simuladas em R\$ 159.313,06.

5. No tocante à aplicação do requisito temporal, as autoras sustentam que este juízo incorreu em equívoco ao aplicar de forma isolada e descontextualizada o requisito temporal previsto no art. 48 da Lei 11.101/2005, desconsiderando a realidade empresarial subjacente e a necessidade de reconhecimento da consolidação substancial.

6. Invocam o art. 69-J da Lei 11.101/2005, que permite o tratamento conjunto de empresas de grupo econômico quando demonstrada a inequívoca unidade de direção e interdependência operacional.

7. Demonstram o preenchimento de todos os requisitos para a consolidação substancial: confusão entre ativos e passivos das empresas do grupo econômico; identidade total do quadro societário (ambas administradas pelos sócios Thyago e Roberto); relação de controle e dependência (GynCargas RT criada exclusivamente para atender necessidades da controladora); e atuação conjunta no mercado (atividades complementares e interdependentes).

8. Relativamente à desnecessidade de emenda à inicial para GynCargas Transportes Ltda, sustentam que a empresa preenche integralmente todos os requisitos previstos nos arts. 48 e 51 da Lei 11.101/2005: requisito temporal (exercício regular de atividades há mais de 12 anos, constituída em 19/10/2012); ausência de falência anterior; ausência de recuperação judicial anterior; idoneidade criminal; e documentação completa exigida pelo art. 51.

9. Assim, argumentam que a exigência de emenda à petição inicial é desnecessária, ante o pleno atendimento aos requisitos legais.

10. Nos termos do art. 1.018, §1º, do CPC, fica oportunizado para que Vossa Excelência, "*querendo, poderá modificar ou integrar a decisão*" objeto do recurso.

11. Ante do exposto, requer-se o RECEBIMENTO da presente manifestação, dando-se ciência da interposição do Agravo de Instrumento nº 5575632-50.2025.8.09.0174, e, caso Vossa Excelência entenda cabível, o EXERCÍCIO DO JUÍZO DE RETRATAÇÃO, reconsiderando a decisão agravada para CONCEDER as *benesses* da gratuidade da justiça às requerentes, DEFERIR o processamento da recuperação judicial de ambas as empresas, e AFASTAR a exigência de emenda à petição inicial.

12. Alternativamente, em caso de não acolhimento dos termos alhures, o deferimento da recuperação judicial da empresa GYNCARGAS TRANSPORTES LTDA, uma vez que essa preenche em absoluto todos os requisitos formais que ensejam a decisão insculpida no art. 52 da Lei 11.101/2005 e, assim, seja deferida a recuperação judicial da empresa, sem prejuízo algum as matérias afetas no recurso.

Nesses termos, pede deferimento.

Aparecida de Goiânia-GO, 22 de julho de 2025.

FLÁVIO CARDOSO  
OAB/GO 24.920

BRUNA CORREA FONSECA  
OAB/GO 49.741

Número Processo **5575632-50.2025.8.09.0174**

**GYNCARGAS TRANSPORTES LTDA.**

CPF/CNPJ **17.126.865/0001-00**

## Identidade

Endereço

**Avenida bruxelas, nº 489, Qd. 255, lt. 01 Nº 489JARDIM NOVO MUNDOGOIÂNIA-GO CEP: 747030506230880200 CONTROLADORIA@ACCMETA.COM.BR**

**GYNCARGAS RT LTDA**CPF/CNPJ **55.530.961/0001-08**

## Identidade

Endereco

**J 4 Nº S/NQUADRA36 LOTE 11-14 SALA 06MANSÕES PARAÍSOAPARECIDA DE GOIÂNIA-GO CEP:  
74952060000000000000 CONTROLADORIA@ACCMETA.COM.BR**

**GYNCARGAS TRANSPORTES LTDA.**

CPF/CNPJ **17.126.865/0001-00**

## Identidade

Endereco

**Avenida bruxelas, nº 489, Qd. 255, lt. 01 Nº 489JARDIM NOVO MUNDOGOIÂNIA-GO CEP: 747030506230880200 CONTROLADORIA@ACCMETA.COM.BR**

Advogado **Flavio Cardoso**  
920-N GO

OAB/Matrícula

## OUTRAS INFORMAÇÕES

Juízo **5ª Câmara Cível**

Classe **PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Recursos -> Agravos -> Agravo de Instrumento**

Assunto(s)

DIREITO CIVIL -> Empresas -> Recuperação judicial e Falência -> Administração judicial - Lei: 11.101/05  
DIREITO CIVIL -> Empresas -> Recuperação judicial e Falência -> Concurso de Credores - Lei: 11.101/05

Valor da Causa **17.731.747,71**

## Data Distribuição

**21/07/2025**

Prioridade **Pedido de Tutela Provisória**

Segredo de Justica

# NÃO

Processo Originário **5519960**

Imprimir



## **Processo Nº: 5575632-50.2025.8.09.0174**

### **1. Dados Processo**

Juízo.....: 5ª Câmara Cível  
Prioridade.....: Pedido de Tutela Provisória  
Tipo Ação.....: PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Recursos -> Agravos ->  
Agravado de Instrumento  
Segredo de Justiça.....: NÃO  
Fase Processual.....: Conhecimento  
Data recebimento.....: 21/07/2025 21:35:39  
Valor da Causa.....: R\$ 17.731.747,71

### **2. Partes Processos:**

Polo Ativo  
GYNCARGAS TRANSPORTES LTDA.  
GYNCARGAS RT LTDA

Polo Passivo  
GYNCARGAS TRANSPORTES LTDA.

GYNCARGAS TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.126.865/0001-00, com sede à Al. Maria Pires Perillo, S/N, Quadra 05, Lote 05 a 09, CEP 75251-796, Senador Canedo- GO, **GYNCARGAS RT LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 55.530.961/0001-08, com sede à Rua J4, SN, Quadra 36, Lotes 11- 14, Sala 06, Mansões Paraíso, Aparecida de Goiânia, GO, CEP: 74.952-060, doravante denominadas "Requerentes" ou "Grupo GynCargas", vêm, perante este Tribunal, com o devido respeito e acatamento, nos termos do art. 1.015 , inciso XIII do Código de Processo Civil c/c art. 189, §1º, inciso II da Lei 11.101/2005<sup>1</sup>, interpor o presente

**AGRAVO DE INSTRUMENTO**  
**com Pedido de Efeito Ativo**

em face da decisão de evento nº 12, proferida pelo juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Senador Canedo-GO, nos autos da Recuperação Judicial, processo nº 5519960-57.2025.8.09.0174.

Em tempo, ressalta-se que fica dispensada a apresentação das peças do Agravo de Instrumento, com fulcro no §5º do art. 1.017 do CPC, tendo em vista que os autos originários são eletrônicos.

<sup>1</sup> Art. 189. [...]

§1º [...]

II - as decisões proferidas nos processos a que se refere esta Lei serão passíveis de agravo de instrumento, exceto nas hipóteses em que esta Lei previr de forma diversa.





Ainda, em atendimento à norma inserta no mesmo *Códex*, art.

1.016, IV, os agravantes informam o nome e endereço de seu patrono e do patrono dos agravados, respectivamente:

- **ADVOGADOS DO AGRAVANTE:** Flávio Cardoso, OAB/GO nº 24.920; Bruna Correa Fonseca, OAB/GO nº 49.741, ambos com endereço profissional a Avenida de Furnas, Qd. C-01, Lt. 10, St. Araguaia, Aparecida de Goiânia/GO, CEP 74.981-145.
- **ADVOGADO DOS AGRAVADOS:** Não há, uma vez que na origem se trata de processo de Recuperação Judicial.

Por fim, deixam de anexar a guia de preparo recursal devidamente recolhida, uma vez que a concessão das *benesses* da gratuidade da justiça é objeto de discussão nesta via recursal.

Nesses termos, pedem deferimento.

Aparecida de Goiânia-GO, 21 de julho de 2025.

FLÁVIO CARDOSO  
OAB/GO 24.920

BRUNA CORREA FONSECA  
OAB/GO 49.741





AGRAVANTES: GynCargas Transportes Ltda;  
GynCargas RT Ltda;  
AGRAVADO: Justiça Pública;  
JUÍZO A QUO: 1ª Vara Cível da Comarca de Senador Canedo-GO;  
JUÍZO AD QUEM: Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Egrégio Tribunal,  
Colenda Câmara.

### I - DA TEMPESTIVIDADE

1. De acordo com o §2º do art. 1.017 do CPC, o prazo para interposição de Agravo de Instrumento é de 15 (quinze) dias. *In casu*, a decisão de evento nº 12 foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico – DJe, em dia 15.07.2025 (terça-feira).

2. Desta forma, teve início a contagem do prazo processual em 16.07.2025 (quarta-feira), primeiro dia útil subsequente. Portanto, o presente recurso é tempestivo, se interposto até o prazo fatal de 05.08.2025 (terça-feira).

### II – DA SÍNTESE FÁTICA

3. Na origem, versam os autos acerca de pedido de recuperação judicial formulado pelas empresas GynCargas Transportes Ltda e GynCargas RT Ltda, ora agravantes, em tramite perante o juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Senador Canedo-GO, sob o nº 5519960-57.2025.8.09.0174.



8. Entretanto, o grupo econômico enfrenta severa crise econômico-financeira de natureza multifatorial, resultante da conjugação de elementos externos e internos que se intensificaram exponencialmente nos últimos anos, comprometendo gravemente a sustentabilidade das operações e a capacidade de honrar compromissos assumidos, resultando na necessidade do pedido de processamento da recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/2005.



9. O juízo *a quo* proferiu decisão em evento nº 12 que, conquanto revele notório conhecimento jurídico e técnico, incorreu em equívocos que merecem correção por este Egrégio Tribunal, cujo teor segue alinhavado:

*“[...] Feitas tais ponderações, passo à análise do preenchimento do requisito temporal de 2 (dois) anos de exercício regular de atividade das recuperandas à luz do disposto no caput do art. 48 da Lei nº 11.101/2005.*

*Em relação à empresa GynCargas Transportes Ltda a Terceira Alteração Contratual (evento nº 1, arquivo 6) denota que foi constituída em 19/10/2012 possuindo, portanto, mais de 12 (doze) anos de efetiva atividade empresarial.*

*Diversamente a empresa GynCargas RT Ltda iniciou suas atividades recentemente em junho de 2024 conforme se infere da Primeira Alteração Contratual e Certidão Simplificada emitida pela JUCEG (evento nº 1, arquivos 5 e 27), o que perfaz um interregno de atividade inferior a 14 (quatorze) meses não atingindo, portanto, o prazo mínimo de 2 (dois) anos de regular exercício da atividade empresarial exigido pelo dispositivo legal supramencionado.*

*[...]*

*Ademais, ainda que se admitisse excepcionalmente alguma forma de flexibilização do requisito temporal, em análise detida da relação nominal de credores (evento nº 1, arquivo 23) constato que o endividamento da GynCargas RT Ltda é substancialmente menor e concentrado em apenas 3 (três) credores trabalhistas totalizando R\$ 10.966,82 (dez mil, novecentos e sessenta e seis reais e oitenta e dois centavos), enquanto o da empresa GynCargas Transportes Ltda alcança a cifra de R\$ 17.720.780,90 (dezessete milhões, setecentos e vinte mil, setecentos e oitenta reais e noventa centavos).*

*[...]*

*Com efeito, INDEFIRO o pedido de recuperação judicial em relação à empresa GynCargas RT Ltda por ausência de preenchimento do requisito temporal previsto no art. 48 da Lei nº 11.101/2005 e, de conseguinte, determino a retificação do valor da causa para R\$ 17.720.780,90 (dezessete milhões, setecentos e vinte mil, setecentos e oitenta reais e noventa centavos).*

*Decorrencia lógica, oportunizo à empresa GynCargas Transporte Ltda o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar nova petição inicial referente ao pleito individual de recuperação judicial, reformulando as demonstrações contábeis, relação de credores e apresentando a documentação que entender pertinente.*



11. Ainda, em que pese o notório conhecimento jurídico do juízo *a quo*, merece reforma a aludida decisão, acreditando que numa melhor análise da matéria, esse Egrégio Tribunal de Justiça, por certo, a reformará, tendo em vista os fatos e fundamentos a seguir alinhavados.

#### IV.1. DA MANIFESTA ILEGALIDADE DO INDEFERIMENTO DA GRATUIDADE DE JUSTICA

13. Esta garantia constitucional é regulamentada pelo Código de Processo Civil, em seus arts. 98 a 102, assegurando às pessoas naturais e jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, que demonstrarem insuficiência de recursos, o benefício da gratuidade da justiça.



14. O art. 98 do CPC é cristalino ao estabelecer que "*a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei*".

15. Em relação as pessoas jurídicas, a questão encontra-se pacificada na Súmula 481 do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

*Súmula 481/STJ: Faz jus ao benefício da Justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais."*

16. Nessa esteira, já está pacificado neste Tribunal de Justiça, a possibilidade da gratuidade da justiça para pessoa jurídica, uma vez demonstrado a impossibilidade financeira, conforme a Súmula de nº 25, que dispõe:

*"Enunciado: Faz jus à gratuidade da justiça a pessoa, natural ou jurídica, que comprovar sua impossibilidade de arcar os encargos processuais."*

17. A jurisprudência goiana reconhece que a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça está condicionada à efetiva demonstração, por meio de documentos idôneos, de que a parte não possui condições de arcar com as custas e demais despesas processuais sem prejuízo de sua subsistência, *ipsis litteris*:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA. MULTA APLICADA PELO PROCONGO. **GRATUIDADE PESSOA JURÍDICA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. POSSIBILIDADE.** ASPECTOS LEGAIS. EXAME PELO PODER JUDICIÁRIO. POSSIBILIDADE. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE OBSERVADAS. HONORÁRIOS RECURSAIS. CABIMENTO. 1. *Comprovada a hipossuficiência financeira, possível a concessão do pedido dos benefícios da Gratuidade da Justiça à pessoa jurídica.* 2. *Os órgãos de defesa do consumidor possuem a atribuição legal de aplicar multas aos fornecedores de produtos ou serviços, sempre que houver infração às normas consumeristas, devendo ser reduzidas somente quando verificada a sua abusividade, o que não é*





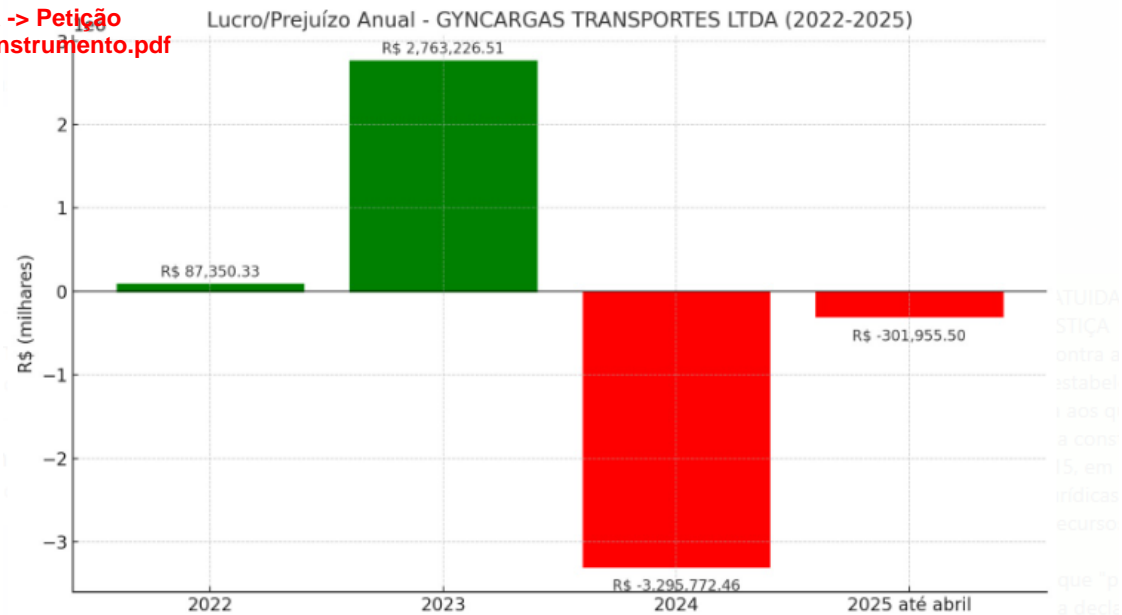
o caso, pois restou observado aos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, mediante ponderação sobre a gravidade da infração, vantagem auferida e condição econômica do fornecedor. 3. Em atenção ao §11º, do art. 85 do CPC/15 (honorários recursais), ficam majorados os honorários advocatícios arbitrados na ação em 10%, resultando no montante de 15% sobre o valor da causa atualizada, observando-se o artigo 98, §3º do Código de Processo Civil. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E DESPROVIDA. (TJGO, Apelação (CPC) 0343435-78.2014.8.09.0051, Rel. NELMA BRANCO FERREIRA PERILO, 4ª Câmara Cível, julgado em 14/02/2019, DJe de 14/02/2019)” (Grifou-se)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS A EXECUÇÃO. PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AGRAVANTE APRESENTOU DOCUMENTOS CAPAZES DE DEMONSTRAR A SUA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA .. 1. Não há óbice para a concessão da gratuidade judiciária à pessoa jurídica (art. 98 do CPC) que, contudo, deve ter a sua hipossuficiência financeira comprovada, em consonância com o disposto na Súmula 25 do TJGO. 2 . A empresa agravante demonstrou fazer jus aos benefícios da gratuidade financeira postulada. 3. Reforma da decisão recorrida para deferir a gratuidade judiciária. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO . DECISÃO MONOCRÁTICA REFORMADA. (TJ-GO - Agravo de Instrumento: 54331148620238090051 GOIÂNIA, Relator.: Des(a). VICENTE LOPES DA ROCHA JÚNIOR, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: (S/R) DJ) (Grifou-se)


18. In casu, as agravantes demonstraram de forma inequívoca e documentalmente comprovada sua impossibilidade de arcar com as despesas processuais, através de fartos elementos probatórios que evidenciam a grave situação econômico-financeira enfrentada.

19. Conforme exposto na exordial, as demonstrações financeiras revelam trajetória de deterioração financeira sem precedentes, com prejuízos acumulados de R\$ 3.597.727,96 (três milhões quinhentos e noventa e sete mil setecentos e vinte e sete reais e noventa e seis centavos) nos últimos exercícios até abril/2025, demonstrando a completa ausência de recursos disponíveis para o custeio de despesas processuais. Observem:





20. As empresas encontram-se em estado de absoluta iliquidez, sem fluxo de caixa positivo para fazer frente às obrigações correntes, quanto mais para arcar com custas processuais que, conforme simulação apresentada, alcançam a cifra de R\$ 159.313,06 (cento e cinquenta e nove mil trezentos e treze reais e seis centavos), vejamos:



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

DUAJ-Documento Único de Arrecadação

INICIAL

Número: 08073688-2/50

Emissão:27/06/2025    Vencimento:31/01/2026

Requerente: GYNCARGAS TRANSPORTES LTDA - ME (100%)							
Requerido:							
Comarca: 122 - SENADOR CANEDO				Serventia    Senador Canedo - Cível			
Natureza: 247 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Conhecimento -> Procedimento de							
Processo:				Valor: 17.627.149,19			
Outras informações							



PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Recursos -> Agravos -> Agravo de instrumento  
Valor: R\$ 17.720.780,00  
Data: 21/07/2025 21:41:41  
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Conhecimento -> Procedimento de Conhecimento -> Procedimentos Especiais -> Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparças e Regimentos  
SENADOR CANEDO - UPJ VARAS CÍVEIS: 1ª E 2ª  
Usuário: HIAN MATHEUS CORREA MIRANDA - Data: 27/11/2025 11:26:44



21. O estado de insolvência que fundamenta o próprio pedido de recuperação judicial constitui, por si só, prova irrefutável da impossibilidade de arcar com encargos processuais sem comprometer ainda mais a já debilitada situação patrimonial.

22. Soma-se a isso a conjuntura de crise setorial que acomete o transporte brasileiro, amplamente documentada e reconhecida<sup>2</sup>, que agrava exponencialmente as dificuldades financeiras enfrentadas pelas empresas do segmento.

23. A retração no volume de fretes contratados foi consequência direta do enfraquecimento da atividade econômica nacional, da queda nas exportações de *commodities* e, de forma mais específica, da redução da demanda por óleo vegetal, principal produto transportado pelas agravantes.

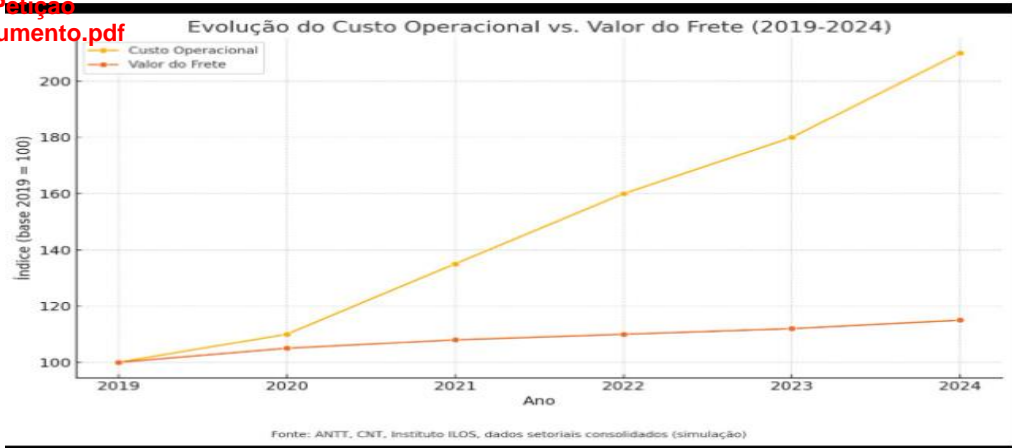
24. Simultaneamente, conforme exposto na exordial, verificou-se um expressivo aumento nos custos operacionais, com destaque para a elevação do preço do diesel, que compõe uma das maiores despesas no setor de transporte, além do aumento no custo de insumos logísticos, peças de reposição, serviços técnicos e encargos trabalhistas.

25. O gráfico a seguir ilustra com precisão o cenário crítico enfrentado pelo setor de transporte de cargas, marcado, nos últimos 5 (cinco) anos, por uma elevação contínua dos custos operacionais e, simultaneamente, pela acentuada desvalorização dos fretes praticados. Confira-se:

<sup>2</sup> <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/04/12/transporte-de-cargas-tem-queda-com-saframenor-diz-ibge.ghtml> (acesso em 21.07.2025 às 11h23min).

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/22/transporte-rodoviario-de-cargas-tem-queda-na-demanda-de-45percent-no-brasil-diz-pesquisa.ghtml> (acesso em 21.07.2025 às 11h34min).





26. Nesse contexto, a permanência da exigência de pagamento das custas processuais representaria verdadeiro obstáculo intransponível ao acesso à justiça, violando frontalmente o princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição e o direito fundamental à tutela judicial efetiva.

27. Destarte, o indeferimento da gratuidade de justiça revela-se manifestamente contrário ao ordenamento jurídico constitucional e infraconstitucional, impondo-se sua reforma para garantir o regular prosseguimento do feito.

28. Portanto, a reforma da decisão agravada (evento nº 12) impõe-se, desse modo, como medida de justiça e de estrita observância ao ordenamento jurídico vigente, a fim de que seja concedida as *benesses* da gratuidade da justiça às agravantes, nos termos do art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, c/c arts. 98 a 102 do CPC e Súmula nº 481 do STJ.

IV.2. DA INCORRETA APLICAÇÃO DO REQUISITO TEMPORAL E DA NECESSIDADE DE RECONHECIMENTO DA CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL

29. O juízo *a quo* incorreu em equívoco ao aplicar de forma isolada e descontextualizada o requisito temporal previsto no art. 48 da Lei



11/10/2005, desconsiderando a realidade empresarial subjacente e a  
necessidade imperiosa de reconhecimento da consolidação substancial.

30. Conquanto seja verdade que a GynCargas RT Ltda iniciou formalmente suas atividades em junho de 2024, tal circunstância não pode ser analisada de forma dissociada da realidade econômica e operacional do grupo empresarial como um todo.

31. É cediço que a consolidação substancial constitui instituto excepcional previsto no art. 69-J da Lei 11.101/2005, que permite o tratamento conjunto de empresas de grupo econômico quando demonstrada a inequívoca unidade de direção e interdependência operacional, *in verbis*:

*Art. 69-J. O juiz poderá, de forma excepcional, independentemente da realização de assembleia-geral, autorizar a consolidação substancial de ativos e passivos dos devedores integrantes do mesmo grupo econômico que estejam em recuperação judicial sob consolidação processual, apenas quando constatar a interconexão e a confusão entre ativos ou passivos dos devedores, de modo que não seja possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos, cumulativamente com a ocorrência de, no mínimo, 2 (duas) das seguintes hipóteses:*

*1 - existência de garantias cruzadas;*

II - relação de controle ou de dependência;

III - identidade total ou parcial do quadro societário;

IV - atuação conjunta no mercado entre os postulantes.

32. Conforme se nota, nos termos da legislação recuperacional, a consolidação substancial exige, para sua caracterização, a confusão entre ativos e passivos das empresas do grupo econômico, bem como o preenchimento de ao menos dois dos requisitos incidentais elencados no referido dispositivo legal.

33. No caso concreto, todos os requisitos para a consolidação substancial encontram-se amplamente preenchidos e documentalmente comprovados, caracterizando verdadeira unidade empresarial indivisível que não comporta tratamento segmentado.



34. A existência de identidade total do quadro societário é inequívoca, sendo ambas as empresas administradas pelos sócios Thyago e Roberto, que exercem papel determinante e centralizado na tomada de decisões estratégicas, operacionais e financeiras de todo o grupo empresarial. Vejamos:

**CLÁUSULA TERCEIRA - ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA.**

A administração da Sociedade será exercida pelos sócios **THYAGO PEREIRA TAVARES e ROBERTO BARBOSA AGUIAR TEIXEIRA**, que tem todos os poderes necessários para dirigir os negócios da Sociedade, inclusive de representá-la judicialmente, constituir procuradores e praticar todos e quaisquer atos necessários à consecução dos objetivos ou em defesa dos interesses da mesma, **assinando isoladamente**, podendo inclusive vender

[GynCargas Transportes Ltda]

**CAPÍTULO III**

**DA ADMINISTRAÇÃO**

**CLÁUSULA 6ª** – A administração da sociedade é exercida pelo sócio **ROBERTO BARBOSA AGUIAR TEIXEIRA**, possuindo todos os poderes necessários para dirigir os negócios da sociedade, inclusive de representá-la judicialmente, constituir procuradores e praticar todos e quaisquer atos necessários à consecução dos objetivos ou em defesa dos interesses da mesma, **assinando isoladamente**, vedada a ela usar o nome da sociedade em negócios estranhos aos interesses sociais, como fianças, avais e/ou endossos.

[GynCargas RT Ltda]

35. A relação de controle e dependência é manifesta, uma vez que a GynCargas RT Ltda foi criada exclusivamente para atender necessidades operacionais específicas da controladora, constituindo verdadeiro braço funcional especializado da atividade principal.

36. A atuação conjunta no mercado é evidente, posto que as atividades desenvolvidas pelas empresas são complementares e interdependentes: enquanto a GynCargas Transportes Ltda realiza o objeto principal do grupo, a GynCargas RT é responsável pela gestão estratégica de recursos humanos e prestação de serviços especializados.



que impede qualquer tentativa de segregação das empresas para fins de reestruturação isolada, caracterizando a unidade econômica subjacente que justifica o tratamento conjunto.

38. A jurisprudência pátria, inclusive deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, tem reconhecido de forma crescente a possibilidade de flexibilização do requisito temporal quando demonstrada a consolidação substancial necessária à reestruturação eficaz do grupo econômico.

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AGRAVO INTERNO INTERPOSTO DA DECISÃO QUE DEFERIU, EM PARTE, O PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO. PREJUDICIALIDADE RECONHECIDA, EM RAZÃO DA CONCLUSÃO DO PROCESSAMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO, QUE ESTÁ PRONTO PARA SER JULGADO. NECESSIDADE DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL SOB A CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL (ART. 69-J, DA LEI N. 11.101/2005). REQUISITO TEMPORAL DO ART. 48, CAPUT, DA LEI N. 11.101/2005. FLEXIBILIZAÇÃO FRENTE ÀS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE, DA PROPORCIONALIDADE E DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA. DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES AFORADAS CONTRA AS EMPRESAS RECUPERANDAS NÃO EXTENSÍVEL AOS SEUS SÓCIOS AVALISTAS E COOBRIGADOS (SÚMULA 581/STJ E TEMA 885/STJ). DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU PARCIALMENTE REFORMADA.** 1. Uma vez que o agravo de instrumento está apto a ser julgado, fica prejudicado o conhecimento do agravo interno interposto contra a decisão que apreciou o pedido de efeito suspensivo. 2. A consolidação substancial é um fenômeno excepcional, que culmina na recepção material das sociedades como um único devedor no âmbito da recuperação judicial, exigindo-se, para tanto, o preenchimento de um requisito essencial, qual seja, a confusão entre ativos e passivos das empresas do grupo econômico, bem como o preenchimento de ao menos dois dos requisitos incidentais elencados no art. 69-J da Lei n. 11.101/2005, quais sejam, (a) a existência de garantias cruzadas, (b) a relação de controle ou de dependência, (c) a identidade total ou parcial do quadro societário e/ou (d) a atuação conjunta no mercado entre os postulantes. 3. In casu, ao deferir a consolidação substancial do “Grupo MMV”, o Julgador considerou que tais requisitos foram preenchidos, pois as recuperandas possuem administração comum e centralizada, têm identidade de sócios e administradores e desenvolvem atividades empresariais que se complementam. A decisão fugitiva, nesse aspecto, não merece reprimendas, pois, pelo que se extrai destes e dos autos de origem, há elementos suficientes para se atestar tanto a caracterização do grupo econômico quanto o preenchimento dos requisitos ensejadores da





consolidação substancial, sendo desnecessária, outrossim, a realização de perícia específica para tal finalidade, mormente porque o Administrador Judicial já apresentou substrato suficiente para escorar o entendimento do Juiz de 1ª instância. 4. Uma vez que as empresas JR Consultoria Ltda. (MMV Comercial) e MMV Distribuidora e Importadora de Pneus Ltda. (MMV Distribuidora), quando do pedido de recuperação judicial, já estavam em atividade há mais de um ano e meio, à luz dos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da preservação da empresa, é pertinente estender-lhes os efeitos da recuperação judicial, ainda que não tenham preenchido o requisito temporal do art. 48, caput, da Lei n. 11.101/2005 (exercício regular das atividades há mais de dois anos), notadamente porque, em se mostrando a consolidação substancial necessária à reestruturação do grupo econômico, este deve ser encarado como um todo, com todas as sociedades que o compõem, em um verdadeiro litisconsórcio ativo necessário. 5. A recuperação judicial da empresa devedora principal não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra os seus sócios avalistas ou coobrigados, por garantia cambial, real ou fidejussória (inteligência da Súmula 581 e do Tema 885, ambos do STJ). Destarte, nesse ponto, merece reforma a decisão combatida, para que seja afastada a determinação de suspensão das ações e execuções ajuizadas contra os sócios avalistas e coobrigados das sociedades empresárias que compõem o “Grupo MMV”. Agravo de instrumento parcialmente provido. Agravo interno prejudicado. (TJGO, AI 5311290-22.2023.8.09.0000, Disponibilização 03/05/2024, Rel. Zacarias Neves Coelho) (Grifou-se)

39. O fundamento desta orientação jurisprudencial reside na compreensão de que a consolidação substancial configura verdadeiro litisconsórcio ativo necessário, de modo que a exclusão artificial de uma das empresas comprometeria irremediavelmente a eficácia do processo recuperacional como um todo.

40. Nesta perspectiva, quando demonstrada a unidade empresarial de fato, a aplicação rígida do requisito temporal individual pode conduzir a resultado manifestamente contrário aos princípios que norteiam o direito recuperacional, especialmente o princípio da preservação da empresa previsto no art. 47 da Lei 11.101/2005, *ad litteram*:

*Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos*



41. É imperioso reconhecer que o grupo econômico, considerado em sua totalidade, possui mais de 12 (doze) anos de atividade consolidada e reconhecida relevância econômica e social, demonstrando inequivocamente que não se trata de aventura empresarial, mas de legítima reestruturação organizacional de empreendimento já estabelecido e consolidado no mercado.

42. Destarte, a criação da GynCargas RT Ltda decorreu de necessidade estratégica e operacional do grupo já consolidado, visando à otimização da gestão de recursos humanos e à especialização funcional, constituindo medida de modernização administrativa.

43. O Superior Tribunal de Justiça consolidou este entendimento no paradigmático julgamento do REsp. 1.665.042/RS, relatado pelo Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, no qual se assentou que ainda que aparentemente tal requisito seja taxativo, a jurisprudência já permitiu sua interpretação subjetiva, aplicada às peculiaridades de cada caso, possibilitando que empresas que compõem o mesmo grupo, interligadas e dependentes entre si, integrem o pedido recuperacional mesmo que não constituída há mais de dois anos, *in verbis*:

*RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. GRUPO ECONÔMICO. ART. 48 DA LRF. ATIVIDADE REGULAR. DOIS ANOS. CISÃO EMPRESARIAL. 1. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 (ENUNCIADOS ADMINISTRATIVOS Nºs 2 E 3/STJ). 2. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA A DEFINIR SE, EM CASO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE GRUPO ECONÔMICO, TODAS AS SOCIEDADES EMPRESÁRIAS DEVEM CUMPRIR INDIVIDUALMENTE O REQUISITO TEMPORAL DE 2 (DOIS) ANOS PREVISTO NO CAPUT DO ART. 48 DA LEI Nº 11.101/2005. 3. É POSSÍVEL A FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO ATIVO NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA ABRANGER AS SOCIEDADES INTEGRANTES DO MESMO GRUPO ECONÔMICO. 4. AS SOCIEDADES EMPRESÁRIAS INTEGRANTES DE GRUPO ECONÔMICO DEVEM DEMONSTRAR INDIVIDUALMENTE O CUMPRIMENTO DO*





**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 22/07/2025 09:59:27  
Assinado por FLAVIO CARDOSO:76737233104  
Localizar pelo código: 109887695432563873781629104, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/p>

Ainda que se entendesse pela necessidade de análise individual do preenchimento do requisito temporal, o que não se admite em face da consolidação substancial demonstrada, impõe-se reconhecer a legitimidade excepcional da flexibilização no caso concreto.

49. A GynCargas RT Ltda, embora formalmente constituída em período inferior a dois anos, representa desdobramento natural e necessário da atividade empresarial já consolidada do grupo, não constituindo nova aventura empresarial, mas sim especialização funcional de atividade preexistente.

50. A empresa foi criada exclusivamente para atender necessidades específicas de gestão de recursos humanos e prestação de serviços especializados à controladora, constituindo verdadeira extensão operacional da atividade principal desenvolvida há mais de uma década.

51. Sua sobrevivência econômica encontra-se umbilicalmente vinculada à GynCargas Transportes, de modo que sua exclusão do processo recuperacional resultaria inevitavelmente em sua inviabilização, comprometendo por consequência todo o processo de reestruturação do grupo.

52. Assim, a aplicação inflexível do critério temporal, na espécie, conduziria a resultado manifestamente desproporcional e contrário aos objetivos do instituto da recuperação judicial, que visa à preservação da atividade econômica e à manutenção da função social da empresa.

53. Ademais, o endividamento da GynCargas RT Ltda é substancialmente menor e concentrado em apenas 3 (três) credores trabalhistas, totalizando R\$ 10.966,82 (dez mil novecentos e sessenta e seis reais e oitenta e dois centavos), demonstrando que sua exclusão não traria qualquer benefício



significativo aos credores, mas comprometeria gravemente a viabilidade do plano de recuperação conjunto.

54. Ressalta-se, a criação da empresa GynCargas RT Ltda integra estratégia legítima de reorganização empresarial voltada à preservação da atividade econômica e manutenção da competitividade.

55. Nesse contexto, a especialização funcional através da criação de empresa dedicada à gestão de recursos humanos constitui prática empresarial moderna e eficiente, amplamente utilizada por grupos econômicos para otimização de custos e melhoria da governança corporativa.

56. A exclusão da GynCargas RT Ltda do processo recuperacional resultaria em grave prejuízo aos credores trabalhistas, que se veriam compelidos a buscar satisfação de seus créditos em empresa desprovida de ativos suficientes para quitação das obrigações.

57. A empresa não possui caixa próprio para pagamento dos créditos trabalhistas, dependendo do soerguimento da GynCargas Transportes para honrar tais obrigações, o que evidencia a necessidade de tratamento conjunto das empresas.

58. Desse modo, para que os credores trabalhistas não sejam prejudicados, faz-se necessária a aplicação das exceções jurisprudenciais acerca da análise subjetiva do prazo previsto do *caput* do art. 48 da Lei 11.101/2005, conforme já reconhecido pela jurisprudência especializada.

59. Dessa feita, impõe-se a reforma do *decisum* recorrido para fins de reconhecimento da legitimidade da GynCargas RT Ltda para figurar no polo





64. O requisito temporal encontra-se amplamente satisfeito, uma vez que a GynCargas Transportes Ltda exerce regularmente suas atividades há mais de 12 (doze) anos, conforme se depreende da Terceira Alteração Contratual.

65. O próprio juízo *a quo* reconheceu expressamente este fato, conforme se extrai da decisão agravada: "*Em relação à empresa GynCargas Transportes Ltda a Terceira Alteração Contratual (evento nº 1, arquivo 6) denota que foi constituída em 19/10/2012 possuindo, portanto, mais de 12 (doze) anos de efetiva atividade empresarial*".

66. A empresa GynCargas Transportes Ltda jamais foi declarada falida, não havendo qualquer registro ou anotação nesse sentido nos órgãos competentes, cumprindo integralmente o requisito previsto no inciso I do art. 48 da Lei 11.101/2005.

67. A certidão de distribuição de falências e recuperações judiciais apresentada nos autos (evento nº 1) comprova de forma inequívoca a inexistência de processos falimentares anteriores, demonstrando a lisura da trajetória empresarial.

68. A empresa nunca obteve concessão de recuperação judicial anterior, seja através do procedimento ordinário (inciso II) ou do plano especial (inciso III), conforme comprova a documentação acostada aos autos.

69. Nem a empresa, nem seus administradores ou sócios controladores foram condenados por qualquer dos crimes previstos na Lei 11.101/2005, cumprindo integralmente o requisito de idoneidade previsto no inciso IV do art. 48.



Além do preenchimento de todos os requisitos do art. 48, a empresa GynCargas Transportes Ltda apresentou toda a documentação exigida pelo art. 51 da Lei 11.101/2005, não havendo qualquer lacuna ou insuficiência documental que justifique a exigência de emenda

71. Diante do integral preenchimento de todos os requisitos legais pela empresa GynCargas Transportes Ltda, tanto aqueles previstos no art. 48 quanto no art. 51 da Lei 11.101/2005, revela-se **manifestamente descabida** a exigência de emenda à petição inicial.

72. Dessa forma, é tecnicamente incontestável que a empresa GynCargas Transportes Ltda preenche de forma integral e inequívoca todos os requisitos legais para o deferimento da recuperação judicial, não subsistindo qualquer óbice ao processamento imediato do pedido.

73. Impõe-se, portanto, a **imediata reforma da decisão agravada** para determinar o deferimento da recuperação judicial da empresa GynCargas Transportes Ltda, independentemente de qualquer emenda ou reformulação da petição inicial, ante o pleno atendimento aos requisitos dos arts. 48 e 51 da Lei 11.101/2005.

#### V - DO PEDIDO DE EFEITO ATIVO. ART. 1.019, INCISO I, DO CPC/15

74. Conforme disposição do art. 1.019, inciso I do Código de Processo Civil, o Relator, a requerimento do agravante, **E DESDE JÁ FICA CONSIGNADO TAL PEDIDO**, poderá atribuir efeito ativo ao recurso de agravo de instrumento, deferindo em antecipação de tutela, a pretensão recursal.





“Art. 1.019. Recebido o agravo de instrumento no tribunal e distribuído imediatamente, se não for o caso de aplicação do art. 932, incisos III e IV, o relator, no prazo de 5 (cinco) dias:

I - **poderá atribuir** efeito suspensivo ao recurso ou deferir, **em antecipação de tutela**, total ou parcialmente, **a pretensão recursal**, comunicando ao juiz sua decisão;” (Grifou-se)

75. Como demonstrado com riqueza de fundamentos nas razões recursais precedentes, estão plenamente atendidos os requisitos exigidos para a concessão da medida.

76. *In casu*, há probabilidade substancial do direito invocado apresenta-se de forma cristalina e incontestável, uma vez que a empresa GynCargas Transportes Ltda preenche de forma integral e inequívoca todos os requisitos previstos no art. 48 da Lei 11.101/2005 para o deferimento da recuperação judicial.

77. Conforme demonstrado de forma sistemática e técnica no tópico IV.3 destas razões recursais, a empresa atende **cumulativamente** a todos os requisitos legais exigidos na legislação: a) Requisito temporal (*caput*): exercício regular de atividades há mais de 12 (doze) anos, conforme reconhecido pelo próprio juízo *a quo*; b) Ausência de falência anterior (inciso I), conforme certidões apresentadas; c) Ausência de recuperação judicial anterior (incisos II e III); d) Idoneidade criminal (inciso IV).

78. Além do preenchimento dos requisitos do art. 48, a empresa apresentou toda a documentação exigida pelo art. 51 da Lei 11.101/2005, de forma organizada e individualizada, não subsistindo qualquer lacuna documental que justifique a exigência de emenda.

79. Em momento algum foi questionada pelo juízo *a quo* a validade substancial do pleito recuperacional em relação à GynCargas Transportes





Ltda, limitando-se a decisão agravada a condicionar o deferimento à apresentação de nova petição inicial, exigência que se revela manifestamente descabida.

80. O *periculum in mora* apresenta-se de forma evidente e alarmante, caracterizando situação de urgência qualificada que exige pronta intervenção judicial para evitar danos irreversíveis.

81. A empresa GynCargas Transportes Ltda desenvolve atividade essencial ao escoamento da produção agrícola regional, operando com frota especializada de alto valor que constitui o principal ativo operacional, cuja preservação é fundamental para a viabilidade do processo recuperacional.

82. A ausência de processamento imediato da recuperação judicial impede a suspensão das execuções individuais e a proteção do patrimônio empresarial, expondo a empresa ao risco concreto e iminente de esvaziamento de seus ativos essenciais.

83. Conforme documentado nos autos, já se iniciaram notificações extrajudiciais para retomada de veículos por parte de credores fiduciários, sendo que a concretização dessas retomadas inviabilizaria completamente a atividade empresarial e a própria finalidade da recuperação judicial.

84. A frota de caminhões especializados no transporte de cargas líquidas representa investimento substancial e é absolutamente indispensável à geração de receitas, constituindo o núcleo operacional da empresa, de modo que sua perda compromete irremediavelmente a capacidade de recuperação.



A ausência do *stay period* expõe a empresa à continuidade da pressão individual dos credores, comprometendo qualquer possibilidade de reorganização eficaz e negociação coordenada, frustrando os objetivos do instituto recuperacional.

86. Destarte, a preservação da função social da empresa, prevista no art. 47 da Lei 11.101/2005, exige pronta intervenção para manutenção da atividade produtiva e dos vínculos empregatícios, evitando grave prejuízo social.

87. Portanto, e considerando a urgência da situação, requer-se expressamente, a concessão de efeito ativo, com determinação imediata de deferimento da recuperação judicial da empresa GynCargas Transportes Ltda, ante o preenchimento dos requisitos previstos nos arts. 48 e 51 da Lei 11.101/2005, e independentemente de emenda à inicial, nos termos dos arts. 300 e 1.019, inciso I do CPC.

## VI - DOS PEDIDOS

88. Ante o exposto, requer:

- a) a concessão de **EFEITO ATIVO**, nos termos do art. 300 c/c art. 1.019, inciso I, do CPC, para **deferir** o processamento da recuperação judicial da empresa **GynCargas Transportes Ltda**, ante o preenchimento dos requisitos previstos nos arts. 48 e 51 da Lei 11.101/2005, e independentemente de emenda à inicial;
- b) seja julgado totalmente **PROCEDENTE** o presente recurso, com vistas a reforma da decisão agravada (evento nº 12), para:

Página 25 de 26

flaviocardosoadvocacia@gmail.com  
Av. de Furnas, Qd. C-01, Lt.10,  
Setor Araguaia - Aparecida de Goiânia.  
CEP.: 74981-145



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 21/07/2025 21:35:39  
Assinado por FLAVIO CARDOSO:76737233104  
Localizar pelo código: 109187635432563873781208545, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/p>



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 22/07/2025 09:59:27  
Assinado por FLAVIO CARDOSO:76737233104  
Localizar pelo código: 109887695432563873781629104, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/p>

- i. **CONCEDER** as *benesses* da gratuidade da justiça às agravantes, com dispensa do recolhimento de custas, despesas processuais e demais encargos, nos termos do art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, c/c arts. 98 a 102 do CPC e Súmula nº 481 do STJ;
- ii. **DEFERIR** o processamento da recuperação judicial conjunta de ambas as empresas (GynCargas Transportes Ltda e GynCargas RT Ltda), mediante o Reconhecimento da consolidação substancial do grupo econômico, nos termos do art. 69-J da Lei 11.101/2005, do reconhecimento do litisconsórcio ativo necessário e da flexibilização do requisito temporal (art. 48 da Lei 11.101/2005) em relação à empresa GynCargas RT Ltda, considerando as peculiaridades do caso concreto e a jurisprudência consolidada do STJ e deste Egrégio Tribunal;
- iii. **AFASTAR**, a exigência de emenda à petição inicial, por desnecessária e desproporcional, ante a integralidade da documentação apresentada e o preenchimento de todos os requisitos legais em relação a empresa GynCargas Transportes Ltda e **DEFERIR** o processamento de sua recuperação judicial, confirmando-se o efeito ativo;

Nesses termos, pedem deferimento.

Aparecida de Goiânia-GO, 21 de julho de 2025.

FLÁVIO CARDOSO  
OAB/GO 24.920

BRUNA CORREA FONSECA  
OAB/GO 49.741

Página 26 de 26

✉ flaviocardosoadvocacia@gmail.com  
📍 Av. de Furnas, Qd. C-01, Lt.10,  
Setor Araguaia - Aparecida de Goiânia.  
CEP.: 74981-145



**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 21/07/2025 21:35:39  
Assinado por FLAVIO CARDOSO:76737233104  
Localizar pelo código: 109187635432563873781208545, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/p>



**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 22/07/2025 09:59:27  
Assinado por FLAVIO CARDOSO:76737233104  
Localizar pelo código: 109887695432563873781629104, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/p>

ARABALHO -> Recursos -> Agravos -> Agravado de instrumento  
: FLAVIO CARDOSO  
VARAS CÍVEIS -> Processo de Conhecimento -> Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparças e Regimento  
SENADOR CANEDO - UPJ VARAS CÍVEIS: 1ª E 2ª  
Usuário: HIAN MATHEUS CORREA MIRANDA - Data: 27/11/2025 11:26:44

Processo Distribuído

1. A movimentação: ( Processo Distribuído - 5ª Câmara Cível (Normal) - Distribuído para: Fernando de Mello Xavier ) do dia 21/07/2025 21:35:39 não possui "Arquivos".

Processo Distribuído - 5ª Câmara Cível (Normal) - Distribuído para: Fernando de Mello Xavier  
Valor: R\$ 17.720,780,90  
Data: 21/07/2025 21:41:41  
Processo Cível e do Trabalho - 5ª Câmara Cível - 1ª e 2ª Turmas  
SENADOR CANEDO - UPJ VARAS CÍVEIS: 1ª E 2ª  
Usuário: HIAN MATHEUS CORREA MIRANDA - Data: 27/11/2025 11:26:44

1. A movimentação: ( Autos Concluídos ) do dia 21/07/2025  
21:35:39 não possui "Arquivos".

